

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE

Rogério Haesbaert

*Boletim Gaúcho de Geografia*, 29: 11–24, jan., 2003.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



Portal de Periódicos  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - jan, 2003

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

# DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE\*

Rogério Haesbaert\*\*

## Resumo

Um dos problemas dos discursos sobre a desterritorialização, amplamente difundidos nas Ciências Sociais na última década, é que com frequência eles não fazem referência ao conceito de território ao qual se referem. No lugar de desterritorialização, na verdade o que temos hoje é um novo tipo de apropriação e dominação do espaço através de territórios-rede onde podemos ter acesso a uma multiplicidade de territórios, configurando outro(s). A desterritorialização deve ser enfatizada em seu sentido social, ligada à crescente dinâmica de exclusão sócio-espacial a que denominamos "aglomerados humanos de exclusão".

**Palavras-chave:** Desterritorialização, Multiterritorialidade, Território, Aglomerados de Exclusão.

## Abstract

One of the issues in the discourses on deterritorialization, largely diffused in Social Sciences during the last decade, is that they often don't make explicit the concept of territory they are referred to. Instead of deterritorialisation, in fact we have nowadays a new kind of spatial appropriation and domination through network-territories where we can access a multiplicity of territories, shaping another one. Deterritorialization must be emphasized in its social sense, linked to the increasing socio-spatial exclusion dynamics through what we name "agglomerates of exclusion".

---

\* Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, em 2 de Dezembro de 2001. Texto originalmente apresentado em Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, vol.3 – Rio de Janeiro, 28.05 a 1º.06.01.

\*\* Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Professor na Universidade Federal Fluminense.

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA	PORTO ALEGRE	Vol. 29	Nº 1	P. 11-24	JAN-JUN. 2003
--------------------------------	--------------	---------	------	----------	---------------

**Keywords:** Deterritorialisation, Multiterritoriality, Territory, Agglomerates of Exclusion.

### Introdução

O final do século XX, como outros pretensos fins das eras, veio acompanhado de uma infinidade surpreendente de fins: propagou-se o fim do socialismo e, concomitantemente, o fim da história (FUKUYAMA, 1992); o fim da modernidade (LYOTARD, 1986) veio acompanhado pelo fim daquilo que, se acreditava, eram seus termos básicos – o Estado-nação (OHMAE, 1996), o trabalho, as classes sociais, e houve até mesmo quem decretasse o fim do capitalismo (DRUCKER, 1993). Para completar, decretou-se o fim da própria geografia, confundida muitas vezes com a simples distância (O'BRIEN, 1992), superada a partir do avanço tecnológico dos transportes e das comunicações (VIRILIO, 1997). A problemática focalizada neste trabalho se refere a um desses “fins”, com certeza aquele que mais diretamente afeta as ciências que trabalham com o espaço: o “fim dos territórios” e o avanço dos processos de desterritorialização.

De uma forma ou de outra, o discurso da desterritorialização tomou vulto e acabou se propagando pelas mais diversas esferas das ciências sociais, da desterritorialização pública com a chamada crise do Estado-nação à deslocalização das empresas na Economia e à perda da base territorial das identidades culturais na Antropologia e na Sociologia.

Este trabalho representa a retomada de temática já desenvolvida em artigos anteriores (HAESBAERT, 1994; 1995), agora como parte de um livro em fase de desdobramento, com o título provisório de “O mito da desterritorialização”. Em outro artigo mais recente, comentávamos que, “hoje, virou moda afirmar que vivemos uma era dominada pela desterritorialização, confundido-se muitas vezes o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais (HAESBAERT, 1999b, p. 171, grifo no original). Ou seja, trata-se da já antiga confusão entre território e espaço geográfico, muitas vezes, ainda hoje, utilizados como sinônimos, como se qualquer base material, “espacial”, socialmente apropriada, constituísse um território.

Nessa perspectiva, a maioria dos autores que defende um mundo em processo de desterritorialização vem de outras áreas que não a Geografia. É como se, como já afirmamos alhures, a dimensão geográfica ou espacial da sociedade fosse “redescoberta” pelas outras ciências sociais, porém, paradoxalmente, para constatar o seu debilitamento e, em relação ao território, o seu desaparecimento. Alguns “visionários”, como Virilio (1982), chegaram até mesmo a defender que “a questão deste final de século” seria a desterritorialização, associada, acrescentaríamos, com o “descnaixe” (GIDDENS, 1991) ou a “compressão” espaço-temporal (HARVEY, 1989) possibilitada pelas novas bases tecnológicas.

Nesse discurso da desterritorialização, as idéias mais extremadas pertencem ao cientista político francês Bertrand Badie e seu livro “O fim dos territórios” – na verdade mais um título de efeito do que um argumento sólido; em sentido mais estrito, o autor trabalha a partir da distinção conceitual entre território e rede (um pouco na linha de geógrafos como LÉVY, 1993), e propõe uma superação da lógica territorial, sobretudo aquela ligada aos Estados-nações (a “ordem westfaliana”), por uma lógica das redes. Falar em fim dos territórios e em desterritorialização exige, portanto, um consenso mínimo sobre a concepção de território que julgamos adequada para afirmar e/ou criticar essa afirmação.

### **Definir o território para entender a desterritorialização**

Afinal, de que território estamos falando quando dizemos “desterritorialização”? Se observarmos os trabalhos que vêm utilizando o termo, a polissemia do que se entende por território, cuja concepção muitas vezes aparece implícita, é a marca dominante. Em nossa retrospectiva das várias noções de território (HAESBAERT, 1997 [original: 1995], HAESBAERT; LIMONAD, 1999), agrupamos as concepções de território em três vertentes básicas:

- Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado.
- Cultural(ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço.
- Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Deveríamos acrescentar ainda uma interpretação natural(ista), mais antiga e pouco veiculada hoje, em que se utiliza uma noção de território com base nas relações sociedade-natureza, especialmente no que se refere ao controle e usufruto dos recursos naturais – sem falar na versão “biologicista” que associa a territorialidade (no sentido genérico de “qualidade” necessária à formação de territórios) ao mundo dos animais.

A verdade é que o território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, nem como um mero recurso analítico elaborado pelo pesquisador. Assim como não é algo dado, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da “imaginação geográfica” dos indivíduos.

Mesmo se focalizarmos nossa análise sobre essas “invenções” ou representações espaciais, elas também são instrumentos de poder, na medida

em que muitas vezes agimos e desdobramos relações sociais (implicitamente, relações de poder) em função das imagens que temos da “realidade”. Assim, uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam o seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder.

Embora por tradição a dimensão privilegiada nos estudos sobre território seja a dimensão política, o simbólico-cultural sempre esteve presente. Mesmo para o mais tradicional dos intérpretes do território, Friedrich Ratzel, no final do século passado, um “laço espiritual” ou uma “ligação psicológica” ao solo (que ele várias vezes utiliza como sinônimo de território) é criado “no costume hereditário da co-habitação [que ‘dá nascimento ao sentimento nacional’], no trabalho comum e na necessidade de se defender do exterior.” Desta co-habitação que liga os membros de um povo ao solo, “onde jazem os restos das gerações precedentes, [...] surgem os laços religiosos com certos lugares sagrados, laços muito mais sólidos do que o simples costume do trabalho comum” (RATZEL, 1988, p. 22).

Outros autores mais recentes, fundamentais nesse debate, embora valorizem, sobretudo o controle e o domínio proporcionados pela territorialidade, não ignoram sua base cultural. Veja-se o exemplo de Robert Sack e Claude Raffestin:

*Assim como a cultura, a tradição e a história mediam a mudança econômica, elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra, [...]. A territorialidade, como um componente do poder não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219).*

*O território é uma reordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura, o território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 177).*

Por isto, com base na distinção entre domínio e apropriação do espaço de Lefebvre, propusemos que:

*O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1999, p. 42)<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> Trata-se de uma leitura de território bastante próxima da visão clássica de Raffestin (1988[1980]), na medida em que ele não vê uma “materialidade neutra”, mas mergulhada em nossos sistemas de significação; assim “o território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura” (RAFFESTIN, 1988, p. 272).

Embora, ao contrário de Badie, tenhamos estendido a noção de território a toda história social, é imprescindível situar historicamente o conceito. Daí termos distinguido o território "tradicional", que estabelecia uma relação praticamente biunívoca entre identidade cultural e controle espacial, e os "territórios-rede<sup>2</sup> modernos", mutuamente exclusivos - no caso dos Estados-nações, mas mundialmente integrados. Acrescentamos, ainda, a "multiterritorialidade" que seria a marca da "pós" ou "neo-modernidade" contemporânea (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Podemos então afirmar que o território é, ao mesmo tempo, um recurso ou instrumento de poder e um valor (BONNEMAISON; CAMBREZY, 1996) - valor este que vai além do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial. Rompe-se, assim, a divisão entre "território político" (de adjetivação redundante) e "território de identidade", como alguns autores propõem, já que se confundem o território enquanto recurso político e enquanto estratégia identitária.

### As diversas leituras da desterritorialização

As diferentes concepções de território permitem antecipar uma multiplicidade de enfoques que parece ainda maior no que diz respeito às diversas definições daquilo que se entende por desterritorialização. Começemos mais uma vez com uma referência a Badie, o autor que foi mais longe na tese do "fim dos territórios", o que, em outras palavras e de forma simplista, significaria a mais extrema desterritorialização. Em sua tese central, ele afirma que:

*Inadaptado aos novos dados da economia, impotente para pôr em ordem a proliferação contemporânea das reivindicações identitárias, abalado pelos progressos do multiculturalismo, [o território] foi ultrapassado pelos avanços de uma mundialização que pretende unificar as regras, os valores e os objetivos de toda a humanidade* (BADIE, 1996, p. 13).

Não fica difícil perceber a concepção de território que está por trás dessa afirmação, claramente alicerçada no peso político dos Estados-nações. Conseqüentemente, é numa perspectiva muito própria que ele deixa implícita, aí, sua concepção de desterritorialização. Tal como o fizemos para território, propomos aqui um exercício retrospectivo, distinguindo, em meio aos inúmeros trabalhos que vêm focalizando a temática da desterritorialização, as diferentes formas com que ela é abordada.

Agrupamos estas noções conforme a referência que elas fazem, implícita ou explicitamente, a uma ou outra concepção de território. Assim, reconhecemos primeiro, duas grandes abordagens: a que parte de território como espaço físico, substrato material da atividade humana, e a que vê território como *locus* de

<sup>2</sup> É importante ressaltar que já vínhamos utilizando o termo 'território-rede' para nos referirmos às novas formas de estruturação do espaço através das regiões (HAESBAERT, 1994).

relações de poder e estratégias identitárias. O primeiro foi subdividido depois em três perspectivas: grosso modo, deslocalização [econômica], fim das distâncias e desmaterialização das relações sociais; o segundo, em outras três: política, cultural e “social” (ligada aos processos de exclusão).

Primeiro, consideramos as leituras que tratam território como sinônimo de espaço físico, substrato material da atividade humana, confundindo, muitas vezes, como já dissemos, a desterritorialização com o simples debilitamento das mediações espaciais (ou simplesmente “materiais”). Dentro dessa perspectiva, distinguimos os que vêem território como simples localização física (ligada à perda de importância dos fatores locacionais nos fenômenos de “deslocalização”), como distância (ênfase naquilo que Cairncross (1997) denominou ‘o fim das distâncias’) ou como dimensão material das relações sociais, em sentido mais estrito.

A desterritorialização como superação dos entraves locais ou dos fatores de localização envolve, geralmente, uma perspectiva economicista, sendo por isto percebida, muitas vezes, como sinônimo de “deslocalização” (industrial, principalmente). A empresa capitalista pode então se instalar livremente liberta dos constrangimentos locais. O território é visto assim, antes demais nada, como localização num espaço físico, concreto.

Nessa linha temos a abordagem de Storper (1994), quando este define desterritorialização como o “enfraquecimento da atividade econômica específica de um local e menor dependência dessa atividade e em relação a locais específicos” (p. 14). Em contrapartida, uma atividade é: *“territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm”* (p. 15, grifos do autor). É importante ressaltar que, embora propondo esta noção de desterritorialização, o autor não defende a tese de que as empresas teriam se “desterritorializado”.

Podemos denominar de “cartográfica” a abordagem que vê a desterritorialização, antes de qualquer coisa, como a superação do entrave distância, uma espécie de “superação do espaço pelo tempo”, como nas concepções de O’Brien (1992), Virilio (1997) e Bauman (1999). Defende-se, assim, uma diminuição ou mesmo anulação (pela velocidade) do “fator geográfico” ou espacial por excelência, a distância (física, cartográfica), em favor do tempo, da história.

Outra leitura da desterritorialização, que se confunde, em parte, com a anterior (ou se toma seu pré-requisito), enfatiza o domínio das relações imateriais ou que prescindem de bases materiais. A desterritorialização é vista, então, como uma espécie de desmaterialização das relações sociais. Essa “ciber-desterritorialização” é a visão defendida por muitos estudiosos do chamado ciberespaço, envolvido por relações (aparentemente) sem referencial espacial concreto.

Tanto na desterritorialização como anulação das distâncias, quanto na desterritorialização como desmaterialização das relações sociais (ou como perda de referenciais concretos) a ênfase é dada a um fato fundamental dos nossos dias: a mobilidade crescente que rompe com a fixidez que tradicionalmente era uma das marcas da territorialidade. É por isso que muitos autores, como Lévy (1993) e o próprio Badie (1995), falam em substituição de uma lógica "territorial" por uma lógica "reticular" ou de redes, contrapondo território – mais delimitado e fixo, a rede – mais móvel e flexível, como se o território não pudesse incorporar o movimento como constituinte central (na formação de "territórios-rede" onde os próprios processos de identificação podem se dar no/com o movimento).

Passando ao segundo conjunto de interpretações sobre desterritorialização, enfatizaremos aquelas que decorrem de uma concepção de território que vai além de um substrato físico, material, e incorpora relações de poder e estratégias identitárias.

A desterritorialização como debilitamento das fronteiras políticas subentende o território em seu sentido mais tradicional, como território estatal-nacional, ou como área de acessibilidade controlada (na definição de SACK, 1986). O limite ou fronteira é visto, então, como um elemento fundamental na constituição de territórios, na medida em que serve de constrangimento ao livre acesso, à livre circulação (de bens, pessoas, capital, informações). Desterritorialização, aqui, caminha *pari passu* com a tese, polêmica, de enfraquecimento dos Estados-nações. As interpretações de Badie (1995) e de Ohmae (1996) podem ser consideradas nessa linha de abordagem. Os limites ou fronteiras, e não propriamente o núcleo do território, são que importam na definição de desterritorialização.

Por fim, numa leitura de território que dá ênfase à dimensão cultural, temos a desterritorialização vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais. Aqui, o território pode adquirir uma conotação culturalista e, muitas vezes, pode se confundir com o conceito de lugar visto basicamente como estratégia de identificação cultural, referência simbólica que, sob a desterritorialização, perde sentido e se transforma em um "não-lugar" (AUGÉ, 1992) ou em uma rede (como no "espaço dos fluxos" contraposto ao "espaço dos lugares" em CASTELLS, 1996). Esses "não-territórios", culturalmente falando, perdem o sentido de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares em que vivem. Além disso, na construção de suas identidades culturais, cada vez menos estariam participando as referências espaciais ou a relação com um espaço de referência identitária.

Mais recentemente tem sido abordada uma desterritorialização relacionada à efetiva apropriação e ao domínio do espaço (no sentido de LEFEBVRE, 1984), especialmente àquela ligada aos processos de exclusão sócio-espacial. Foi nessa linha que desenvolvemos nosso trabalho sobre os "aglomerados humanos de exclusão" (HAESBAERT, 1995). Trata-se aqui, de fato, de uma desterritorialização como perda do acesso à terra – terra vista não só no seu papel de reprodução

material, num sentido físico (como na principal bandeira do movimento dos agricultores sem-terra), mas também como *locus* de apropriação simbólica.

Pode-se relacionar a essa noção de desterritorialização a concepção mais integradora de território, ao mesmo tempo espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica. Chivallon (1999) propõe reservar o termo território sempre para se referir a essa acepção integradora, “uma espécie de ‘experiência total’ do espaço que conjuga num mesmo lugar os diversos componentes da vida social: espaço bem circunscrito pelo limite entre interior/exterior, entre o outro e o semelhante, e onde é possível ler, na relação funcional e simbólica do extenso material, um conjunto de idealidades partilhadas” (p. 5). A autora enfatiza que não se trata, contudo, de uma noção idealizada, uma volta ao “mito da comunidade solidária enraizada a uma terra cúmplice e bem-feitora”.

Com esse último enfoque, associando desterritorialização e exclusão social, fica evidente que, embora privilegiemos uma noção de território que vincule indissociavelmente (v. próximo item) as dinâmicas, política e cultural, os processos de desterritorialização estão sempre atrelados, em maior ou menor intensidade, à dinâmica econômica que dilacera os espaços, subordina poderes políticos e condiciona (quando não direciona) a re-formulação de muitas estratégias identitárias.

Uma das propriedades mais importantes em todo processo de desterritorialização é a sua vinculação a determinadas escalas. O olhar geográfico multiescalar é imprescindível para entendermos a desterritorialização, pois como se trata sempre de um processo concomitante de desterritorialização e reterritorialização, é preciso que ele seja interpretado em diversas escalas. O que em um nível escalar é percebido como processo desterritorializador, em outro nível pode ser visto como reterritorializador. Daí a pertinência do uso do termo sempre hífenizado: des-territorialização, demonstrando a indissociabilidade de suas duas faces (como o fizemos em HAESBAERT, 1997).

### **Diásporas e glocalização: desterritorialização como multiterritorialidade**

Estes territórios mais ou menos permeáveis, num processo complexo de desterritorialização e reterritorialização, levantam novas questões, algumas específicas deste final de século, desta era paradoxal, seja ela considerada pós-moderna ou ultramoderna (a “modernidade radicalizada” de Anthony Giddens). As limitações deste artigo não nos permitem um maior aprofundamento, mas é muito importante nos referirmos aqui a fenômenos e processos nos quais, acreditamos, está se desenhando de forma mais nítida uma forma especificamente contemporânea de des-reterritorialização: as diásporas e, num sentido mais amplo, a dinâmica de “glocalização”.

O conceito de diáspora, em plena emergência em contextos como o da geografia francesa (vide, por exemplo: BRUNEAU, 1995; CHIVALLON, 1997 e MA MUNG,

1995 e 1999), aparece no bojo da intensificação dos processos migratórios e do (re) fortalecimento dos laços identitários e de solidariedade entre os grupos migrantes. Em outro trabalho (HAESBAERT, 1999a) afirmamos que as diásporas corresponderiam a um dos extremos da dinâmica migratória. Numa das extremidades encontraríamos os grupos mais desterritorializados, os refugiados (que em geral não são considerados "migrantes"); na outra os grupos mais territorializados (ainda que num sentido mais simbólico do que concreto) – os migrantes organizados em redes de diásporas.

Dessa forma, as migrações contemporâneas se manifestam na forma de diáspora quando: primeiro têm origem em fenômenos drásticos de expulsão ou crises muito agudas, sejam elas de ordem política, cultural ou mesmo, mas nunca exclusivamente, econômica; segundo promovem laços muito intensos de relacionamento entre os migrantes, tanto com a área de origem como entre as áreas de migração em diferentes pontos do globo; o que mantém esta coesão é, principalmente, uma forte identidade étnica ou nacional; e, terceiro, manifestam uma densa rede de relações econômicas e culturais que repercute numa rica vida associativa interna à rede da diáspora, cuja duração se estende por várias gerações.

A migração nas redes de migrantes do tipo diáspora está longe de representar, portanto, um processo de desterritorialização. Embora num primeiro momento possa ter uma forte conotação "desterritorializante", logo o migrante acaba envolvido de tal forma na teia de relações garantida pelo grupo que, mesmo em locais muito distantes, acaba se sentindo "em casa". A reinvenção do "lar" no interior de uma diáspora globalmente estruturada é uma característica muito nítida da complexidade com que novas territorialidades vão se desenhando num mundo global-fragmentado.

A complexidade do processo des-territorializador presente nas diásporas se manifesta através das controvérsias a respeito dos seus diferentes significados. Para autores como Ma Mung (1995), a diáspora compõe uma "extra" ou "a-territorialidade", uma "a-topia"; para outros, como Chivallon (1999), trata-se da produção de novos territórios, desde os territórios cotidianos até os "lugares de fundação" (ou de origem), fortemente simbólicos. Pensamos que, muito mais do que desterritorializados, os migrantes em diáspora compartilham dessa experiência multiterritorial do mundo contemporâneo, incluindo aí territórios com uma forte carga simbólica, como é característico destes tempos "pós-modernos", imersos no mundo da produção de imagens e simulacros.

A globalização técnico-informacional, com sua "compressão espaço-tempo", permitiu ao migrante em diáspora fortalecer seus laços "à distância", tanto com seu país de origem quanto com os migrantes em diversas regiões do planeta. Nesse sentido, ele tem uma experiência multipolar, difusa pelos quatro cantos do mundo. Por outro lado, ele vivencia como poucos uma territorialidade multiescalar, na medida em que participa de fortes relações com seu bairro (vide as Chinatowns ou Coreatowns mundo afora), com seu país de origem (espaço de referência

identitária importante, mas não o único) e, enquanto participante da diáspora, com a escala global em que esta se reproduz. A consciência de participantes de uma diáspora com fortes relações econômicas e culturais a nível mundial, com uma espécie de identidade étnica transnacional, dá a seus componentes uma vivência clara dos processos de globalização.

Estas divergências, ou melhor, as ambigüidades que envolvem o caráter des-territorializador (ou, no nosso entender, de formação de novas territorialidades) das diásporas parecem ser bem sintetizadas através de um novo termo, "glocalização", tal como proposto por autores como Robertson (1995), Swyngedouw (1997) e Beck (1999). Trata-se, poderíamos dizer, de uma leitura "híbrida" da globalização, que não a vê apenas como um processo de homogeneização, mas como veículo e, ao mesmo tempo, incorporação da heterogeneidade. Há um "hibridismo" indissociável entre processos de base global e processos de base local, de modo que não ocorra a simples imposição do global sobre o local, nem a visão dos "localismos" como focos de resistência ou de "restos" num mundo inexoravelmente em vias de globalização.

A noção de glocalização permite pensar numa sobreposição de territórios, numa territorialidade multiescalar com várias formas de inserção nos circuitos da globalização. Ela destaca também a possibilidade de partilhar mais de um território, tanto no sentido mais literal de sobreposição (simultaneamente "encaixada") quanto da possibilidade (flexibilidade) de acionar, dependendo da situação, diversos territórios ao mesmo tempo. Também nesse caso, aquilo, que numa perspectiva aparece como desterritorializador, pode, na verdade, estar representando a presença ou a possibilidade de vivenciar múltiplos territórios.

Multiterritorialidade ou a-territorialidade? Desaparecimento ou complexificação da lógica territorial? Retomando as diferentes versões de desterritorialização, focalizadas no início, podemos fazer as seguintes contraposições:

- a) O mundo não está nem des-espacializado, nem desterritorializado. Primeiro, porque a aparente desmaterialização ou perda de referência espacial nas relações sociais indica, na verdade, quase sempre, uma condensação/densificação geográfica dessas relações, reunidas em áreas ou pontos restritos, altamente seletivos; espaços que, por isso mesmo, podem se tornar estrategicamente ainda mais relevantes.
- b) Com relação à desterritorialização enquanto perda de importância da mediação espacial nas relações de poder (tenha ele caráter mais concreto ou mais simbólico), o que parece estar acontecendo é, na verdade, uma proliferação muito maior e mais complexa de controles político-espaciais e de referências espaciais de pertencimento, em múltiplas escalas. Esta multiterritorialidade é ao mesmo tempo consequência e pré-condição da flexibilidade das relações sociais, incluindo as contradições da reprodução capitalista pós-fordista. Deste modo, hoje, avaliar a des-territorialização equivale a discutir suas escalas de abrangência, seus graus de flexibilidade

e/ou mobilidade (as “territorialidades flexíveis” a que se refere SOUZA, 1995) e, especialmente, os grupos e classes sociais nela envolvidos.

Sintetizando, podemos dizer que se desdobram hoje três perspectivas ou leituras sobre a desterritorialização:

- Uma, mais “conceitual”, defende a substituição do conceito de território por outros, como o de espacialidade (CHIVALLON, 1999); mais do que o fim dos territórios ou a desterritorialização, em sentido concreto, estaria ocorrendo a substituição ou o enfraquecimento de um tipo específico de espacialidade (tradicionalmente definida por uma “experiência integradora”, mais singular e estável) por outras, mais múltiplas e flexíveis;
- Outra, mais “radical”, não só entende que a noção de território está defasada, como também propõe que as mediações espaciais na sociedade estão se enfraquecendo.
- Uma terceira, intermediária, ainda admite a utilização do conceito de território, mas numa conotação diferente daquela que até aqui vínhamos utilizando – quer dizer, o território não desapareceu, mas uma nova forma de território estaria surgindo, no interior mesmo dos processos de desterritorialização. Uma das diferenças, além do caráter mais intenso de sobreposição e da maior flexibilidade, seria o reforço de suas bases simbólicas.

Ao invés de desterritorialização em termos de destruição de territórios bem delimitados e mutuamente excludentes, como na velha ordem territorial estatal-westfaliana, ou do domínio, agora, de uma territorialidade plural globalizada, o que se observa é uma des-ordem territorial de diversas lógicas, desde as territorialidades de natureza política mais abertas e menos excludentes, até aquelas mais marcadas por vínculos culturais, com o embrião, inclusive, de novos “Estados identitários”<sup>3</sup> e territorialismos<sup>4</sup>. Ou seja, a dimensão cultural, refortalecida, pode servir tanto como base para uma territorialidade mais aberta e flexível, mobilizada

---

<sup>3</sup> Badie (1995, p. 300) afirma que se desenha uma nova ordem mundial onde “a complexidade das redes modernas e a confusão das identidades tradicionais se sobrepõem, conjuntamente, à pertença a um território de um Estado-nação. [...] Se vier a nascer, o Estado identitário substituirá o Estado-nação, reinvestindo sem medida no solo e nos seus limites. [...] Jogando com a confusão entre território e identidade, na definição de cidadania e na comunicação de seus direitos”.

<sup>4</sup> É importante lembrar que estes territorialismos, de territórios de identidade mono-étnicos e excludentes, não eram propriamente a marca das sociedades pré-coloniais. Como afirma Bayart (1996, p.43): “Uma plêiade de obras antropológicas e históricas mostraram que as sociedades pré-coloniais eram quase sempre pluriétnicas e abrigavam uma grande diversidade de repertórios culturais, que as principais formas de mobilização social ou religiosa eram trans-étnicas e que, decididamente, a África antiga não era constituída de um mosaico de etnias”.

também através de diversas "geografias imaginárias", quanto para territórios segregadores e excludentes.

Finalmente, no que se refere às escalas mais amplas da globalização, também aí não obrigatoriamente estão dominando processos desterritorializadores. Além de realimentar a heterogeneidade "global", como já vimos, a globalização pode estar promovendo, no outro extremo (escala-mundo), a gestação de uma Terra pátria (MORIN; KERN, 1995) ou um "território-mundo" (HAESBAERT; LIMONAD, 1999).

Para finalizar, é preciso destacar a relevância da relação entre desterritorialização e desigualdade social, ligada aos níveis de exclusão social (HAESBAERT, 1995). Mais do que um fenômeno genérico, de destruição e remodelação dos territórios, promove-se, hoje, um intenso movimento de exclusão territorial, de impossibilidade concreta de inserção nas formas mais elementares de territorialização. Aqueles que estão excluídos do território enquanto morada, local de reprodução e de sobrevivência (os "aglomerados humanos de exclusão"), a estes, sim, é que efetivamente deve-se dirigir o termo desterritorializados. É ali que, sem nenhuma dúvida, a desterritorialização se realiza em toda a sua perversidade.

Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade "opcional" (a "topoligamia" ou o "casamento" com vários lugares a que se refere BECK, 1999). Enquanto isso, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de "flexibilidade", em "experiências múltiplas" imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana. Caminho fácil para a reinserção social em circuitos territorialmente segregados/segregadores, geradores de novos territorialismos, como foi o caso dos talibãs afegãos. Ou seja, o limite entre a desterritorialização mais desagregadora e a territorialização mais fechada pode se tomar, muitas vezes, bastante tênue.

Os méritos dos ideais universalizadores de autonomia propostos pela territorialidade moderna através do Estado-nação, embora com efeitos práticos muito restritos, precisam ser retomados na nova des-ordem des-reterritorializadora em que estamos mergulhados. A multi-regulação que alguns autores estão antevendo, num sistema complexo de poder em várias escalas, deve vir acompanhada de uma multiterritorialidade incluyente em que efetivamente esteja assegurado a todos o usufruto dessa multiplicidade, sem cair no paroquialismo comunitarista dos etnicismos, nem no universalismo indiferenciador de uma globalização homogeneizadora.

### **Referências bibliográficas**

- ANDERSON, B. 1989 [1983] **Nação e consciência nacional**. São Paulo Ática.  
 ARDREY, R. 1967. *Le Territoire*. Paris, Stock.

- AUGÉ, M. 1992. **Non-lieux: introduction à une anthropologie de la surmodernité**. Paris, Seuil, (cd. Brasileira: Não-lugares. Campinas, Papirus, 1994)
- BADIE, B. 1995. **La fin des territoires**. Paris, Favard. (edição portuguesa: O fim dos territórios). Lisboa, Instituto Piaget. s/d)
- BAUMAN, Z. 1999. **Globalização: as conseqüências imersas**. Rio de Janeiro, Zahar.
- BECK, U. 1999. **O que é globalização?** Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BRUNEAU, M. (org.) **Diasporas**. Montpelliee, Reclus.
- BOURDIEU, P. 1989. **O poder simbólico**. Lisboa, Bertrand Brasil e Rio de Janeiro, Difel.
- CAIRNCROSS, F. 2000 [1997]. **O fim das distâncias: como a revolução nas comunicações transformará nossas vidas**. São Paulo, Nobel.
- CANCLINI, N. 1995 **Consumidores e Cidadãos: conflitos culturais da globalização**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- \_\_\_\_\_. 1997 [1992] **Culturas Híbridas**. São Paulo: EdUSP.
- CASTELLS, M. 1996. **The network society**. Malden e Oxford, Blackwell. (ed. brasileira: A Sociedade em Rede, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999)
- \_\_\_\_\_. 1999 [1997] **O poder da identidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CHIVALLON, C. 1997. Des quelques préconstruits de la notion de diaspora à partir de l'exemple antillais. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, 13(1).
- \_\_\_\_\_. 1999. Fin des territoires ou nécessité d'une conceptualisation autre? **Géographies et Cultures**. n. 31. Paris.
- CLAVAL, P. 1999 (1996) O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**. ano 1. Niterói, n. 2.
- ENZENSBERGER, H. 1995. **Guerra Civil**. São Paulo: Companhia das Letras.
- FOUCAULT, M. 1979. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.
- FUKUYAMA, F. 1992. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro, Rocco.
- GIDDENS, A. 1991 [1990] **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: EdUNESP.
- GUATTARI, F. 1981. [1987] **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense.
- HAESBAERT, R. 1994. O mito da desterritorialização e as 'regiões-rede'. **Anais do 5º Congresso de Geógrafos**. AGB. Curitiba.
- \_\_\_\_\_. 1995. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castrol. et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. 1996. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, EdUERJ. n. 3.
- \_\_\_\_\_. 1999a. Redes de diásporas. **Cadernos do Departamento de Geografia** nº. 2. vol. 2. Niterói, Universidade Federal Fluminense, jan./jun.
- \_\_\_\_\_. 1999b. **Identidades Territoriais**. In: Rosenthal, Z. e Corrêa, R. (orgs.) Manifestações da Cultura rio Espaço. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- HAESBAERT, R. e LIMONAD, E. 1999. O território em tempos de globalização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro. n. 5.
- HALL, S. 1997 [1992] **Identidades Culturais na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.
- HARVEY, D. 1989. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola.
- HOBBSAWM, E. e RANGER, T. 1984. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- JAMESON, E. 1991 [1984]. **El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo**. Barcelona: Paidós.

- LEFEBVRE, H. 1984. **La production de l'espace**. Paris, Fayard.
- LÉVY, I. 1993. A-t-on encore (vraiment) besoin de territoire? **Espaces Temps**. Paris, 51-52.
- LÉVY, P. Uma ramada de neurônios. In: **Folha de São Paulo**. Caderno Mais (5). São Paulo, 15 nov. 1998, p. 3.
- LYOTARD, E. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MA MUNG, E. 1995. Non-lieu et utopie: la diaspora chinoise et le territoire. In: Bruneau, M. (org.) **Diasporas**. Montpellier, Reclus.
- . 1999. **Autonomie, Migration et Alterité. Dossier pour l'obtention de l'habilitation à diriger des recherches**. Poitiers, Université de Poitiers.
- O'BRIEN, R. 1992. **Global financial integration: the end of Geography**. Institute of International Affairs e Council on Foreign Relations Press.
- OHMAE, K. 1996. **O fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus.
- RAFFESTIN, C. 1988 [1980] **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática.
- RAIZEL, E. 1988. **Géographie Politique**. Paris, Difusion Economique.
- RIVERA, A. 1999. Qui est ethnocentriste? Pureté et purification ethnique. **Recherches**, 13 (Le retour de l'ethnocentrisme). Paris, M.A.U.S.S./La Découverte.
- ROBERTSON, R. 1995. Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity. In: Featherstone, M. et al. (eds.) **Global Modernities**. Londres: Sage Publications. (editado em português como o cap. 12 do livro "Globalização", Petrópolis, Ed. Vozes, 1999)
- SACK, R. 1986. **Human Territoriality**. Cambridge. Cambridge University Press.
- SAÏD, E. 1990. Narrative and Geography. **New Left Review** n. 180, mar/abr.
- SOUZA, M. 1995 O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- SWYNGEDOUW, E. 1997. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In: Cox, K. **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. Nova York, Guilford Press.
- VIRILIO, P. 1982. **Guerra Pura**. São Paulo, Brasiliense.
- . 1997. Fin de l'histoire, ou fin de la géographie? Un monde surexposé. **Le Monde Diplomatique**, ago. 1997, p. 17.
- WEIL, S. 1949. **L'enracinement**. Paris, Gallimard.